



Núcleo de Batalha

- RESENHA HISTÓRICA -

O Núcleo da Batalha da Liga dos Combatentes é um dos já mais de 90, implantados em território nacional, tendo sido fundado, então com a designação de Delegação da Batalha da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, em 09 de abril de 1940.

O movimento que levou à criação, em 1923, da Liga dos Combatentes (da Grande Guerra), deveu-se à deplorável circunstância dos poderes institucionais de então, uma época de permanente turbulência e guerrilha políticas, terem ostracizado por completo a generalidade dos combatentes que, em 1918, conseguiram regressar vivos de França e África, deixando igualmente ao abandono as famílias dos cerca de dez mil que, no conflito, haviam tombado no campo de batalha, em nome da defesa da Pátria.

Os Combatentes fundadores da “Liga dos Combatentes da Grande Guerra” pretendiam, pois, de algum modo, tentar atenuar, junto dos seus camaradas mais desafortunados, os devastadores efeitos provocados por tal guerra, procurando remediar aquilo que era dever dos referidos poderes executar, mas que nunca levaram a cabo.

O movimento, qual grito de Ipiranga, correu Portugal quase de lés-a-lés e desde logo começou a ter eco, um pouco por toda a parte, ao ponto de, também a partir de 1923, e nos 20 anos subsequentes, terem sido criadas mais de 40 Delegações da Liga, em especial nas maiores urbes, igualmente providas de Unidades do Exército.

Paradoxalmente, a Vila da Batalha não reunia nenhuma daquelas condições: tratava-se dum concelho relativamente exíguo (cerca de 103Km²), então com apenas três freguesias (presentemente são quatro: Batalha, Golpilheira, Reguengo de Fetal e São Mamede) e menos de seis mil habitantes e onde também não existia qualquer unidade militar.

Devido à sua escassa população, não terão sido mais de 500 os munícipes mobilizados e enviados para os campos de batalha da Flandres e naturalmente que, felizmente, os que por lá perderam a vida (2) não ultrapassaram a percentagem média nacional.

Dispersos por um concelho primariamente rural, dificilmente estes sobreviventes da guerra, também pelo seu escasso número, teriam condições para avançar com a criação de uma Delegação de Combatentes no Concelho da Batalha.

Todavia, um acontecimento não despidendo, que em 1921 ocorreu na Vila (mais concretamente no seu Mosteiro), com repercussões contínuas nos anos subsequentes, acabou por consciencializar os Combatentes da Urbe de que, com mais ou menos participantes, também seria importante que a Batalha tivesse uma Delegação da Liga dos Combatentes.

A URBE BATALHENSE

Recordemos que a Vila (elevada a esta categoria em 1500, através de foral concedido por D. Manuel I), nasceu de um burgo que se foi formando à volta do Mosteiro e à medida que este se ia erguendo, por decisão de D. João I, para comemorar a vitória na Batalha de Aljubarrota, ocorrida em 14 de agosto de 1385, também designada de “Batalha Real”, por ter sido protagonizada por dois reis: aquele mesmo e o seu homónimo de Castela, D. João I.

Como igualmente sabemos, esta vitória não só legitimou, definitivamente, o Mestre de Avis como rei de Portugal, como terá constituído também o primeiro e mais significativo momento do nacionalismo português, desde a fundação do reino, menos de dois séculos e meio antes.

MARCOS SIGNIFICANTES

Ora, em 09 de abril de 1921, foram organizadas cerimónias, a nível nacional, com a transladação dos restos mortais de dois soldados portugueses, de identidade desconhecida, caídos pela Pátria na Grande Guerra, um em França e outro em Moçambique.

Não terá sido feita ao acaso a escolha do local para a última morada destes dois heróis nacionais: o histórico e simbólico Mosteiro de Santa Maria da Vitória, comumente conhecido por Mosteiro da Batalha!

Com efeito, sabemos que este Monumento de referência da nossa história comemora e exalta não só a manutenção da nossa independência nacional à época, como glorifica também a nossa vitória naquela que foi a primeira grande batalha, constituída e travada por exércitos dignos dessa designação, em função da sua já razoável organização e armamento utilizado, bem como pelas táticas de cariz militar postas em prática, pelo menos pelo campo português.

Voltando à transladação, o primeiro percurso do féretro foi feito de comboio, ente Lisboa e a Estação de Leiria. Daqui, e já no dia seguinte, o cortejo seguiu de carro até à capela de Santo Antão, na periferia da Vila.

Finalmente, o resto do percurso até ao Mosteiro da Batalha, cerca de 1000 metros, foi feito a pé, com milhares de pessoas a ladearem a estrada, as quais, à medida que o cortejo ia passando, nele se iam integrando, juntando-se, assim, às mais altas individualidades do nosso País, designadamente o então Presidente da República Portuguesa, Dr. António José de Almeida, os Presidentes do Senado, da Câmara dos Representantes e do Governo, etc.

Submersos em flores, os féretros ficaram depositados na Sala do Capítulo do Mosteiro, que passou a ser autêntico local de peregrinação nacional, onde gente mais ou menos anónima de todo o Portugal vinha prestar homenagem aos seus heróis, aqui representados e simbolizados por estes dois “Soldados Desconhecidos”.

Três anos mais tarde, em 7 de abril de 1924, foram os restos mortais dos dois “Soldados Desconhecidos” sepultados em coval próprio, destinado a seu túmulo, em campa rasa, na referida Sala do Capítulo, cerimónia de novo rodeada da maior solenidade e simbologia nacional, como o atesta, mais uma vez, a presença do Presidente da República Portuguesa, agora o Dr. Manuel Teixeira Gomes, do Governo e das mais altas individualidades do País.

Destaque-se a presença, nesta cerimónia, de alguns notáveis convidados batalhenses, designadamente os Srs. Dr. Afonso Veríssimo de Azevedo Zúquete, Presidente da Comissão Administrativa das Obras do Monumento (Mosteiro) da Batalha; Joaquim de Sales Simões Carreira,

Presidente do Senado Municipal da Batalha; Reverendo Dr. Joaquim Coelho Pereira, Pároco da Batalha; Dr. João Travassos Mendonça Santos, Oficial do Registo Civil; Jorge Augusto de Carvalho, administrador do Concelho da Batalha e Dr. José Maria Pereira Gens, médico local, que procedeu ao encerramento dos ataúdes.

Sobre a campa do Túmulo dos “Soldados Desconhecidos” foi escrito o epitáfio: *PORTUGAL ETERNO NOS MARES NOS CONTINENTES E NAS RAÇAS AO SEU SOLDADO DESCONHECIDO MORTO PELA PÁTRIA GRANDE GUERRA 1914 – 1918*

Dois dias depois, 9 de abril de 1924, o então Ministro da Guerra, Major Américo Olavo, acendeu pela primeira vez a “Chama da Pátria”, que não mais se extinguiu, no Lampadário, construído para o efeito, numa notável peça em ferro forjado, da autoria dum antigo Combatente em França, o artífice serralheiro militar, sargento Lourenço de Almeida.

Entretanto, o Túmulo do “Soldado Desconhecido” continuava a ser local de peregrinação e romagem, com gentes, vindas de todos os pontos de Portugal, providas de tal quantidade de oferendas de homenagem aos nossos Combatentes que, a curto prazo, encheram a Sala do Capítulo, impondo a procura de um outro local nobre para as depositar.

A escolha recaiu no antigo Refeitório dos Frades, quase frontal à Sala do Capítulo, do outro lado de um dos dois claustros/jardins, existente de permeio.

Desde então, este local passou a designar-se por Museu das Oferendas ao Soldado Desconhecido e aqui passaram a ser catalogadas e preservadas as oferendas mais simbólicas e menos perecíveis que, ao longo dos anos, foram sendo ofertadas aos “Soldados Desconhecidos”. E onde ainda hoje continuam a ser admiradas pelos milhares de visitantes, nacionais e estrangeiros, que, anualmente, continuam a peregrinar, quer por este Museu, quer pelos citados Túmulos, onde a permanente presença de uma guarda de honra, constituída por dois militares, confere a este local, solene e simbólico, uma ambiência reverente e quase mística.

A iniciativa e organização deste Museu, bem como as cerimónias nacionais já relatadas, tal como as que, até 1936, se seguiram em cada “09 de Abril”, foram da responsabilidade da “Comissão dos Padrões da Grande Guerra”, criada em 1921.

Por força do art. 26.º dos seus Estatutos, esta Comissão seria extinta após cumprida a sua função, o que ocorreu em 1936. A nobre missão de dar continuidade às comemorações do “9 de abril” na Batalha recaiu, naturalmente, na “Liga dos Combatentes da Grande Guerra”, missão que, até aos nossos dias, esta Instituição nunca deixou de cumprir.

Naturalmente que todas estas cerimónias nunca passariam despercebidas à população batalhense, em geral, e aos seus Combatentes, em particular, havendo relatos de alguns destes virem prestando a sua colaboração nas mesmas, quando a isso solicitados.

NASCIMENTO DO NÚCLEO

A partir de 1937, primeiro ano em que as cerimónias passaram a ser da responsabilidade da Liga, terá finalmente começado a germinar, com maior intensidade, a ideia da criação duma Delegação de Combatentes na Vila, presumivelmente também por influência da Direção daquela e da colaboração mais estreita com a mesma, de Combatentes da Batalha, na organização do “9 de Abril”.

Finalmente, em 09 de abril de 1940 foi fundada a Delegação da Batalha da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, tendo sido dada posse, neste mesmo dia, pelo General Daniel de Sousa, Presidente da Comissão Central Administrativa da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, aos primeiros elementos da sua Comissão Constituinte, os Combatentes Senhores António Ramos de Oliveira (Presidente), Bernardo Fernandes Monteiro (Secretário) e Alfredo de Azevedo Mendes Costa (Tesoureiro).

CONCLUSÃO

O núcleo tem sede própria, de área razoável, mas a sua localização é péssima, pois se a pé o acesso é bastante fatigante e desmoraliza até os mais arrojados a fazê-lo por este meio, de carro não é muito melhor, pela dificuldade de estacionamento. Por tais razões, praticamente os sócios só aqui se deslocam em caso de absoluta necessidade. Há pelo menos cerca de seis anos que os seus responsáveis vêm procurando uma alternativa mais conveniente e apelativa para a frequência e convívio dos sócios. Mas, salvo uma hipótese quase ideal, entretanto gorada por resposta tardia de certos decisores, ainda não foi possível alcançarmos esse objetivo, o que muito nos preocupa, porque esta lacuna, visivelmente, desmotiva e desmobiliza os sócios.

Em 2011, deparou-se-nos mais uma possibilidade bastante aceitável, mas, mesmo com a mediação da DC junto da autarquia local, proprietária do imóvel, esta não se mostrou recetiva aos nossos argumentos, pelo que, neste âmbito, continuamos sem conseguir atingir os nossos objetivos.